



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

MULTICAMPIA E FRONTEIRA

São inúmeros os desafios enfrentados por docentes em instituições de fronteira e/ou multicampi no desempenho de suas funções, como a dificuldade de fixação nessas localidades e as limitações orçamentárias.

O **InformANDES Especial Multicampia e Fronteira** busca colocar em discussão esses e outros aspectos.

O debate que cerca o tema da expansão universitária é recorrente nas lutas do nosso Sindicato desde sua fundação.

A universalização do conhecimento a partir da expansão do sistema de Ensino Superior, público, gratuito, laico e socialmente referenciado esteve presente nas mobilizações do processo constituinte e, de lá para cá, muito se avançou na garantia de realização de concursos, ampliação da oferta de cursos e vagas no âmbito das IES.

Pautados pelos princípios do Artigo 207 da Constituição Federal, em especial pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, mas também considerando os princípios da autonomia e do financiamento, passamos a criticar o processo de expansão iniciado a partir da década de 2010, particularmente através do Reuni, do governo federal, pois o entendemos como contraditório e limitado. O Reuni aliou a real necessidade de criar instituições de ensino para além das capitais e grandes centros urbanos a formas precarizadas de implementação, tanto infraestruturais quanto nas condições de trabalho e acesso/permanência nas novas instituições.

É nesse contexto, configurado pela

forma capitalista de pensar a educação, que emergem diversas novas instituições em várias partes do país, em forma de multicampia e/ou em regiões de fronteira (o mais das vezes obedecendo a demandas políticas locais e não políticas de Estado). Há, nesse processo, uma enorme diversidade de modalidades e contextos em que vão funcionar tais instituições: grandes distâncias, dificuldades de transporte, moradia e fixação de docentes, técnicos e discentes, falta de recursos, estrutura física, inexistência de restaurantes universitários e moradias estudantis, grande burocratização das relações transfronteiriças, etc.

Emergem também formas de luta e resistência que, em perspectiva diferente do projeto do capital, buscam afirmar a educação pública e de qualidade. Assim, o ANDES-SN tem, desde 2013, realizado discussões e ações de enfrentamento e resistência a tal cenário: debates nos GTs, construção de TRs aprovados nos congressos (de 2015 a 2024), realização do 1º Seminário de Multicampia e Fronteira (Foz do Iguaçu, 2022), debates no Encontro do Setor das IES/Imes (2015) e todo um conjunto de ações para o diálogo com a realidade multicampi e de fronteira.

Por isso, fruto do acúmulo do ANDES-

SN e da discussão contínua sobre o tema, no 42º Congresso (Fortaleza-CE, 2024) se instituiu o GT de Multicampia e Fronteira, que tem como tarefas básicas, a partir da base: a) levantar e reconhecer a multiplicidade/especificidade de realidades enfrentadas pelos/as colegas em todo o território nacional; b) realizar a necessária articulação nacional de enfrentamento e resistência ao processo de precarização estrutural e cotidiano sofrido pelos/as docentes nas instituições multicampi e de fronteira; c) construir e ampliar debates sobre políticas de luta e organização (criação e fortalecimento de GTs locais) do Sindicato Nacional para a superação da precarização das condições de trabalho, dos entraves administrativos, e pela garantia de uma política de fixação docente adequada a essas realidades.

A criação deste GT reflete a relação entre o nosso projeto para a educação superior no país e as políticas de fato implementadas pelos diversos governos - federal, estaduais e municipais -, que teimam em precarizar o ensino superior público no sentido de seu contínuo desmonte.

Conformar os GTs locais para a nossa ampla articulação nacional é um dever de todas as seções sindicais!

GT MULTICAMPIA E FRONTEIRA: um avanço na luta!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalista: Letícia Figueiredo DrT 4124

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira

Desafios sindicais frente à precarização do trabalho docente nas instituições multicampi e de fronteira

Foto: Divulgação ANDES-SN



O VII Encontro Intersetorial do ANDES-SN foi realizado em outubro de 2013 em Brasília e intensificou o debate sobre a concepção organizativa do ANDES-SN. No encontro, foi discutida a realidade multicampi e a fragmentação dela decorrente.

As universidades estaduais foram responsáveis pela interiorização do ensino superior no Brasil, e essa realidade pode ser constatada quando se analisa o impacto local da criação e expansão dessas instituições. Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, iniciou-se o processo de expansão das universidades federais, resultando na forma atual da multicampia no Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), realidade presente há mais tempo nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees).

O ANDES-SN, desde sua fundação, e mais detidamente no 16º Congresso, realizado em João Pessoa (PB), em 1997, reafirmou a necessidade de uma sistemática discussão junto à sua base acerca da organização do Sindicato Nacional, em particular sobre o conceito de “local de trabalho”, frente ao cenário de instituições multicampi e em regiões de fronteira. A multicampia, na forma como tem sido implantada, acentua a precarização do trabalho, bem como impõe desafios organizativos ao ANDES-SN, em especial no que diz respeito à participação democrática nas instâncias deliberativas da categoria.

No VII Encontro Intersetorial, realizado

em Brasília (DF), em 2013, intensificou-se o debate sobre a concepção organizativa do ANDES-SN. No encontro, foi discutida a realidade multicampi e a fragmentação dela decorrente, o funcionamento dos órgãos deliberativos (assembleia e outros) e a filiação sindical. Em 2014, realizou-se o Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do Sindicato Nacional, também na capital federal. No ano seguinte, ocorreu o 34º Congresso em Brasília, que aprovou a realização de seminários regionais e inter-regionais para discutir questões de cunho organizativo da entidade.

O 2º secretário do ANDES-SN, Alexandre Galvão, lembra que o debate sobre multicampia foi aprofundado, a partir de 2013, e culminou na criação do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira (GT Multi-Front), em 2024. Conforme Galvão, a precarização do trabalho docente demanda do Sindicato Nacional pensar uma forma de organizar a categoria em universidades multicampi, ou seja, localizada em diferentes territórios, mas em uma mesma instituição.

“Esse tem sido um desafio da organização sindical em universidades multicampi, ou seja, como chegar a todos os campi, já que o nosso local de trabalho é a universidade, não o campus. Organizar a luta sindical e as seções sindicais em

universidades multicampi vão no sentido de lutar contra a intensa precarização do trabalho, criando as condições para que o Sindicato/seção sindical esteja presente”, explica.

No Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides) prevalece o entendimento de que a multicampia foi implantada por interesses particulares de segmentos sociais dominantes em determinados períodos, mesmo que, algumas vezes, em resposta a demandas de setores sociais organizados da sociedade civil. “É provável que a expansão da oferta desse ensino no país tenha se dado por interesses de grupos políticos e mesmo pessoais de parlamentares e governantes, entre outros. Portanto, parece-nos que os desafios organizativos do ANDES-SN para enfrentar os problemas relativos à multicampia e à precarização demandam intenso trabalho junto à base da categoria, defendendo os princípios de organização por local de trabalho, democracia e autonomia frente a patrões, Estado, partidos políticos e credos”, avalia Galvão, que também é coordenador do Setor das Iees, Imes e Ides.

Apesar dos interesses políticos que estão na origem de muitas universidades multicampi estaduais, não se pode negar a importância que essas instituições adquiriram ao possibilitar a jovens, afastados dos grandes centros, a possibilidade de continuidade dos estudos. “É inegável o papel que cumprem essas instituições em um país com as dimensões territoriais que têm os nossos estados. Os cursos de graduação e, recentemente, a pós-graduação puderam se espalhar pelo interior do país graças ao esforço e mobilização da comunidade acadêmica, que tem se organizado para enfrentar a política perversa de desmonte da educação pública efetivada por vários governos estaduais, como bem demonstraram as greves e mobilizações das universidades estaduais, muitas delas multicampi, como a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Universidade Estadual do Ceará (Uece), entre outras”, afirma o diretor do ANDES-SN.

Realidades da multicampia e do trabalho na fronteira: dificuldades de acesso, condições de trabalho precárias, falta de estrutura e de recursos

Foto: Divulgação Ascom Ufam



Em um país com quase 17 mil quilômetros de fronteira terrestre e dezenas de universidades e/ou campi localizados em territórios fronteiriços, não são poucos os desafios para efetivar a tríade constitucional indissociável do ensino, pesquisa e extensão. As instituições localizadas nessas regiões são fundamentais para o acesso ao ensino superior por milhares de pessoas que antes tinham que se deslocar para os grandes centros urbanos. Contudo, a acessibilidade às universidades e aos institutos federais multicampi e em regiões de fronteira ainda é extremamente precarizado.

Embora instituições multicampi e de fronteira estejam espalhadas por todas as regiões do Brasil, algumas apresentam obstáculos maiores, como a região Norte. Com 59% do território nacional, a Amazônia abrange nove estados e faz fronteira com sete países. “A multicampia na Amazônia conta com imensos desafios no ensino superior por sua extensão territorial, realidades extremamente heterogêneas, diferentes padrões de ocupação humana, uso da terra e palco de uma das maio-

res diversidades étnico-culturais do mundo”, destaca Ana Lucia Gomes, 1ª vice-presidenta da Regional Norte I do ANDES-SN e docente da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A docente conta que os desafios típicos das e dos docentes lotados nos campi fora de Manaus (AM) são inúmeros, como a distância física entre os municípios e a capital, o deslocamento por rios, dificuldades de acesso regular a tecnologias (como internet), interrupção constante do fornecimento de energia elétrica, ausência de estrutura adequada, carência de aparatos de sistema de saúde, privação de espaços para atividades culturais, dentre outros. “Some-se a isso incidentes ligados à falta de segurança e aos conflitos ambientais, políticos, econômicos e sociais típicos de região fronteiriça. Todos esses fatores dificultam a fixação de professoras e professores, impactam a saúde mental, o exercício da atividade docente e criam um ambiente de impotência acadêmica”, explica a dirigente.

A mobilidade na região Norte é, portanto, desproporcional em função

do tipo de transporte utilizado. “O deslocamento da comunidade indígena Tunuí Rio Içana para o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), em um barco com motor de 40Hp, leva 10 horas e consome 200 litros de gasolina para navegar 274 km/rio (147,94 milhas náuticas). Enquanto de Manaus (AM) a Boa Vista (RR), deslocando-se em veículo popular, em um percurso de 780 km, demora 10 horas e consome 48 litros de gasolina”, exemplifica.

Ana Lucia relata ainda a problemática da multicampia no contexto da educação indígena, algo tão marcante e peculiar na região. A maioria das Ifes oferta cursos de licenciatura na versão intercultural, modalidade exclusiva para o segmento indígena. Nesses cursos, conforme a professora, o principal desafio é a interlocução em razão de muitos indígenas na Amazônia terem a sua língua materna como primeira língua e também a portuguesa e/ou espanhola por terem seus territórios em dois e até três países, como é caso dos indígenas Tikuna e Kokama, da região do Alto Solimões que estão no Brasil, Colômbia e Peru, bem como

os Tukano da região do Rio Negro que estão na Colômbia e Brasil.

“Para um melhor desempenho acadêmico, as Ifes devem promover a implantação de corpo técnico especializado para lidar com a diversidade nas universidades, oferecendo aos docentes mecanismos que permitam ter um panorama do contexto sociolinguístico, político e cultural dos discentes indígenas”, ressalta Ana Lucia, que também integra a coordenação do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira (GT Multi-Front).

No Acre, a falta de logística para o deslocamento de discentes e docentes, de infraestrutura e de verbas também são obstáculos que precisam ser vencidos. Nos anos 2000, a Universidade Federal do Acre (Ufac) se expandiu para o interior, oferecendo cursos de licenciatura, de forma modular, em diversos municípios. Em 2006, foi criado o campus Floresta, em Cruzeiro do Sul (AC). “Nas últimas duas décadas, houve uma expansão significativa com a oferta de mais de 20 cursos de graduação e a construção de um sistema de pós-graduação em várias áreas, mas outros problemas foram aparecendo, relacionados à fixação das e dos docentes”, diz o 2º vice-presidente da Regional Norte I do ANDES-SN, Sávio da Costa Maia.

O campus Floresta, segundo o professor, fica a uma distância de 680 km da capital, com voos irregulares e altos preços de passagens.

“Outra opção é pela BR 364 que, até o momento, tem tráfego irregular. A unidade, portanto, não abre uma expectativa convidativa para fixação de professores e professoras de outros estados. Além disso, os recursos destinados às rubricas de pesquisa e extensão, quando existem, são insuficientes para atender as demandas. Há também falta de estrutura, laboratórios, salas de aula adequadas e falta de manutenção”, informa.

Na avaliação de Sávio, que também coordena o GT Multi-Front, a resolução para os problemas de fixação das e dos docentes está relacionada a mudanças nos modais de transporte (para facilitar o trânsito), e de aporte de recursos para o financiamento das atividades de pesquisa e extensão, além de considerar o custo de vida dessas regiões de difícil acesso. “Enxergar as assimetrias regionais não significa criar privilégios e desvios nos princípios de carreira única que nosso sindicato defende, mas sim, reconhecer a unidade na diferença. Boa parte dos recursos dos editais se destinam aos grupos de pesquisa já consolidados. Não há uma política de suporte para grupos em formação e isso distancia os grandes centros do interior”, critica.

No Rio Grande do Sul (RS), as distâncias entre os campi e os grandes centros também dificultam o acesso ao ensino superior. O 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul, César

André Luiz Beras, cita como exemplos o campus de São Borja (RS), um dos dez campi da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), na fronteira com a Argentina, a aproximadamente 700 km da capital; e o campus de Santa Vitória do Palmar (RS), um dos quatro campi da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), localizada na fronteira com o Uruguai e também a quase 700 km de Porto Alegre (RS).

Além da dificuldade de deslocamento das e dos docentes, César Beras destaca a precarização dos campi. “Prédios inacabados, muitas salas sem ar condicionado em lugares com altas temperaturas, laboratórios com pouco ou sem equipamentos, falta de insumos, entre outros. Em Santa Vitória do Palmar (FURG) não tem restaurante universitário (RU) e nem uma cantina com funcionamento sistemático, não existe ônibus público, mas um bancado pela universidade e com horários limitados. Não há qualidade mínima de vida e isso faz com que as fixações nessas localidades não sejam atrativas”, diz o também coordenador do GT Multi-Front.

Na visão do professor, todas as situações esbarram na falta de recursos e de planejamento político do governo federal. “A cada ano, temos a diminuição dos recursos das universidades e isso limita qualquer ação, aumenta as situações de precarização e levam as e os docentes a um processo de adoecimento profissional”, reforça.



Foto: Gustavo Ribeiro - Ascom Ufac

Docentes de universidades multicampi e em região de fronteira reivindicam regulamentação do adicional de penosidade

Foto: Divulgação Unila



No 67º Conad do ANDES-SN, realizado em julho de 2024, foi deliberada a necessidade de aprofundar os debates sobre a regulamentação do adicional de atividades penosas, previsto no artigo 71 da Lei nº 8.112/90 e no artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal de 1988. O objetivo é garantir o pagamento do adicional a docentes que atuam em regiões de fronteira e localidades de difícil fixação.

O tema também foi abordado em outros espaços de debate e de deliberação do ANDES-SN ao longo de 2024, incluindo o 42º Congresso, o 15º Conad Extraordinário, a reunião conjunta do Grupo de Trabalho (GT) Carreira e dos Setores das Ifes e das Iles, Imes e Ides e as últimas reuniões do GT Multicampia e Fronteira (GT Multi-Front).

“Ao longo dos últimos anos, parte da categoria e as seções sindicais do ANDES-SN têm reivindicado a garantia do adicional de penosidade para docentes que atuam em regiões de fronteira. Esse é o caso de docentes da UFRR, Unipampa, FURG e UFMS. Contudo, essas reivindicações, embora distintas nos resultados, enfrentam o obstáculo da falta de regulamentação do inciso XXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Em reunião do GT Multi-Front, o tema foi central, com relatos e apresentação de documentos sobre as tentativas de implementação do adicional e as legislações existentes”, explica Breno Santos, 1º vice-presidente da Regional Pantanal do ANDES-SN.

Em junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a omissão do Congresso Nacional em regulamentar o adicional para trabalhadores urbanos e rurais, que exercem atividades penosas, conforme garantido no artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição. O STF fixou o prazo de 18 meses para que o Legislativo resolver a questão. A decisão unânime foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 74, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). “Diferente de outros adicionais previstos no mesmo art. 7º da CF, periculosidade e insalubridade, regulamentados há anos, esse ainda não foi”, esclarece o professor, que também integra a coordenação do GT Multi-Front.

Andréia Moassab, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), destaca que a Seção Sindical do ANDES-SN na Unila (Sesunila SSind.) possui um acúmulo significativo de debates sobre as condições de trabalho em regiões de fronteira. Entre os desafios enfrentados está a falta de reconhecimento do mérito para o pagamento de adicional de penosidade a docentes. “No imaginário jurídico e popular, professores e professoras atuam apenas dentro da sala de aula, o que ignora o preceito constitucional da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão”, observa.

Em 2018, a Sesunila SSind realizou uma

pesquisa qualitativa com sindicalizados e sindicalizadas sobre as principais questões trabalhistas enfrentadas devido às condições peculiares da fronteira, que diferem das demais Ifes. Além da falta do adicional de penosidade, os relatos apontaram dificuldades como a exigência inadequada de publicação no Diário Oficial da União (DOU) para viagens ao exterior, uma vez que cruzar as fronteiras é parte da rotina local e essencial para projetos de pesquisa, extensão e ensino, gerando insegurança para docentes e discentes em caso de imprevistos; a impossibilidade de contratar seguros para pessoas e equipamentos em deslocamentos na fronteira, essenciais para atividades como filmagens ou levantamentos de campo; a restrição ao uso de veículos institucionais para atividades de ensino, pesquisa e extensão em cidades vizinhas; na Unila, única universidade pública brasileira bilíngue, há ainda impedimentos para emissão de documentos oficiais em português e espanhol, o que contradiz a proposta da instituição e gera implicações administrativas; e também restrições à contratação de docentes estrangeiros sem validação prévia de diploma no Brasil, limitando a seleção a residentes já estabelecidos no país.

Moassab destaca que esses pontos reforçam a urgência de regulamentações que atendam às necessidades específicas das e dos docentes que atuam em regiões de fronteira, garantindo condições dignas de trabalho e valorização do ensino superior.

Agendas prioritárias do GT e II Seminário de Multicampia e Fronteira

Foto: Divulgação Ufrir



Pensar na realidade das universidades federais, estaduais, municipais e dos institutos federais que têm como especificidade a multicampia e ou ficam localizados em região de fronteira, incluindo a própria organização sindical, é prioridade do ANDES-SN. Até o momento, além da criação do Grupo de Trabalho (GT) Nacional – GT Multi-Front, seis seções sindicais já constituíram GT locais. São elas a Adufpa SSind, a Aprofurg SSind, a Adufac SSind, a Adua SSind, a Sesunila SSind e a Sesdud-RR SSind.

“Um dos desafios que temos para o ano de 2025 é ampliar a organização dos GTs em nossas seções sindicais, incluindo a participação de mais seções sindicais das universidades estaduais que, bem sabemos, têm um longo histórico de debate sobre a multicampia e que se difere do debate mais recente das IES federais”, destaca Francieli Rebelatto, secretária-geral do ANDES-SN.

De acordo com a docente, o GT de Multicampia e Fronteira está trabalhando em duas perspectivas para levantar informações sobre a realidade das instituições de ensino. “Por um lado, pretendemos analisar os dados da enquete sobre saúde docente, identificando elementos que possam estar associados às distintas realidades de multicampia e fronteira.

Por outro, consideramos importante realizar um levantamento próprio, por meio do subsídio das seções sindicais, para entender os desafios das condições de trabalho, muitas vezes, mais precarizadas nessas realidades, as disputas dos orçamentos na realidade de multicampia, as dificuldades de fixação em distintos territórios e como tudo isso afeta as possibilidades da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, explica Rebelatto, que também coordena o GT Multi-Front.

Para Nora Oliveira, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste III do ANDES-SN e da coordenação do GT Multicampia e Fronteira, as universidades multicampi auxiliam no desenvolvimento local, estadual e regional, possibilitam a interiorização do ensino superior e cumprem um papel social muito importante para a juventude brasileira. “Essas universidades são fundamentais para o acesso ao ensino superior. Porém, enfrentam a política perversa do desfinanciamento das instituições, quer no âmbito federal, estadual ou municipal. A precarização das condições de trabalho e das instalações, as dificuldades de deslocamento e fixação e da valorização da carreira desafiam docentes a fortalecer sua luta e organização nos locais de trabalho. Por isso, criamos o GT, para discutir as

especificidades e a linha de enfrentamento das nossas dificuldades, como a realização de novos concursos e uma política de permanência estudantil nessas localidades”, afirma.

II Seminário de Multicampia e Fronteira

Boa Vista (RR) sediará o II Seminário de Multicampia e Fronteira do ANDES-SN, entre os dias 13 e 15 de março. O evento é organizado pelo GT Multi-Front, em parceria com a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (Sesdud-RR SSind).

“O II Seminário será um espaço privilegiado de troca das seções sindicais presentes, pois estaremos em uma universidade de região de fronteira, no norte do país, que enfrenta temas intrínsecos à realidade desses territórios, quais sejam a relação com os povos indígenas e os conflitos de demarcação de terras, a migração de outros países, os difíceis deslocamentos por estes territórios, o avanço do agronegócio e os diversos interesses e disputas em torno das universidades nessas localidades. Além de ser um momento para consolidarmos a criação do GT de Multicampia e Fronteira e avançar em sua política”, reforça a secretária-geral do ANDES-SN, Francieli Rebelatto.

SEMINÁRIO MULTICAMPIA E FRONTEIRA



13 A 15
DE MARÇO
(2025)



SESQUE
RR
SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFRR

ANDES
SINDICATO NACIONAL

LOCAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA